



Ouvidoria

Câmara Municipal de São Paulo

Relatório Mensal Fevereiro de 2018



**Acesso à
Informação**



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Mesa Diretora

Milton Leite

Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

Eduardo Tuma

1º Vice Presidente

Rodrigo Goulart

2º Vice Presidente

Arselino Tatto

1º Secretário

Celso Jatene

2º Secretário

Soninha

1º Suplente

George Hato

2º Suplente

Souza Santos

Corregedor Geral

Equipe da Ouvidoria

Flávia Benedictini Sanches

Ouvidora do Parlamento

David Santos

Ouvidor Adjunto do Parlamento

Equipe Técnica

Eliete Andreoli Padovani

Fátima Fungaro

Rubens de Sousa Veiga

Vânia Gatti Miguel

Wilson Roberto Santos

Wilson Roberto Thomazini

Estagiários

Alan Gabriel Teixeira (Gestão de Políticas Públicas)

Caroline Alves Trindade (Serviço Social)

Cíntia Kelly Sena da Silva (Psicologia)

Fernanda da Silva Santos (Jornalismo)

Jessica Barbagallo Camara (Serviço Social)

Jhonny Grilo Pereira de Oliveira (Direito)

Letícia Gonçalves de Paula (Direito)

Lucas Brito dos Santos (Direito)

Maiara Santos de Oliveira (Serviço Social)

Mayara de Oliveira Brito (Jornalismo)

Vivian Ramalho de Alcantara (Psicologia)

Vinicius Daniele (Direito)

Thais Brandão Ruffo (Serviço Social)

Sumário

Apresentação	1
Apresentação de Dados	2
Manifestações do Mês	6
Manifestações Pendentes	7
Lei de Acesso a Informação (LAI)	10
Transparência Pública	12
Ouvidoria do Parlamento e a LAI	13
Modalidades de Atendimento	14
Canais de Atendimento da Ouvidoria	16

Apresentação

O presente relatório é o resultado das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Parlamento no que tange ao cumprimento da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação (LAI). É norteado pelo princípio da publicidade garantido no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Busca também cumprir os requisitos do Programa de Dados Abertos instituído pelo Ato Legislativo nº 1.156/2011 da Câmara Municipal de São Paulo e regulamentado pelo Ato da Mesa Diretora nº 1.231/13.

Por meio da Ouvidoria Parlamentar e em conformidade com o Ato da Mesa Diretora nº 1231/13, a Câmara Municipal de São Paulo **PUBLICA O RELATÓRIO MENSAL DE JANEIRO DE 2018**, o qual disponibiliza informações relativas às tratativas das demandas do mês citado, recepcionadas no Sistema de Informação ao Cidadão e no Sistema de Atendimento da própria Ouvidoria Parlamentar.

A Ouvidoria é, assim, a porta de entrada para as solicitações relativas à LAI, assumindo também o gerenciamento dessas demandas e as tratativas no seu fluxo de atendimento. Para tanto busca criar ferramentas que possam dar maior agilidade ao atendimento das demandas que chegam ao Parlamento. A ferramenta para solicitar informações está no Portal da CMSP. Por este Portal o cidadão pode tirar suas dúvidas sobre a implementação da LAI no Poder Legislativo, assim como requisitar dados.

Apresentação de Dados

No período de **Fevereiro** de 2018, compreendido entre 01/02/2018 e 28/02/2018, foi registrado na Ouvidoria da Câmara Municipal de São Paulo o total de **7 (SETE)** demandas relacionadas à **Lei de Acesso à Informação**. No mês de **FEVEREIRO** não houve solicitação passível de **CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA**, em conformidade com o artigo 23 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e com o Ato da Mesa Diretora nº 1.231/2013 da Câmara Municipal de São Paulo.

O gráfico abaixo demonstra que as solicitações LAI foram realizadas predominantemente por homens, sendo seis solicitações feitas por homens e uma por mulher.

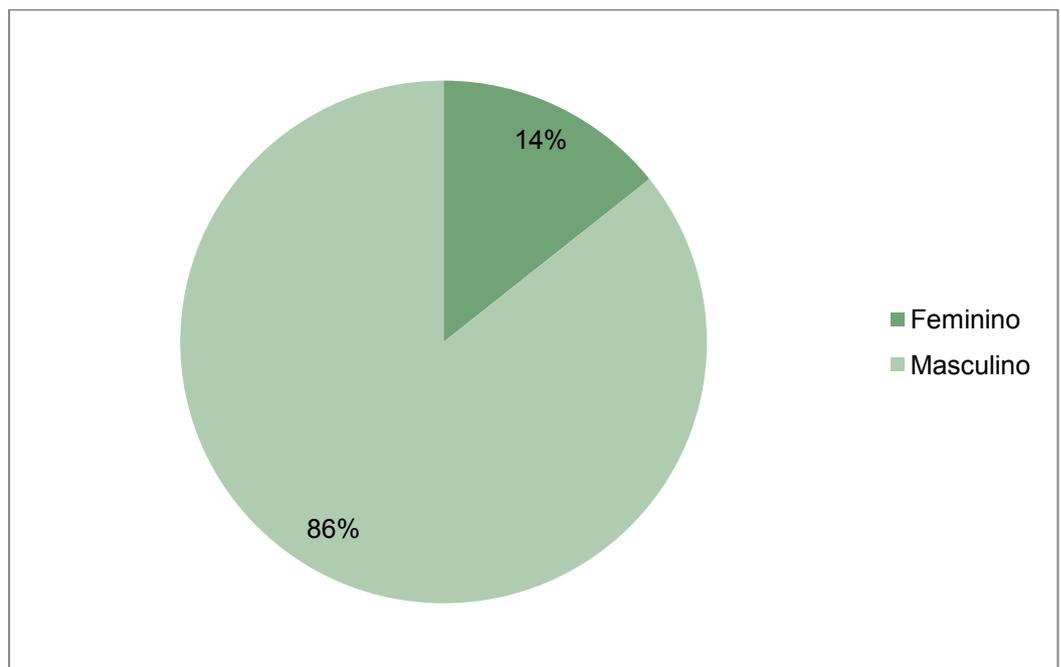


Gráfico 1 – Gênero dos Manifestantes

Nos canais de atendimento da Ouvidoria para manifestações LAI constata-se uma preferência constante pelo Formulário Portal, que corresponde a 100% das solicitações realizadas.

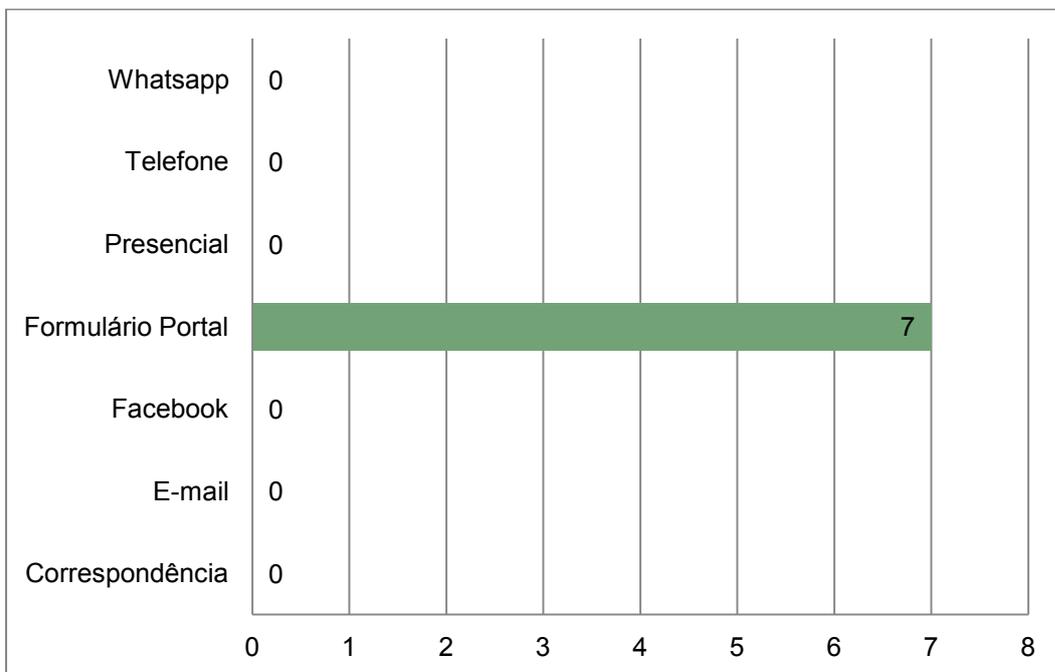


Gráfico 2 – Canais de Atendimento da LAI

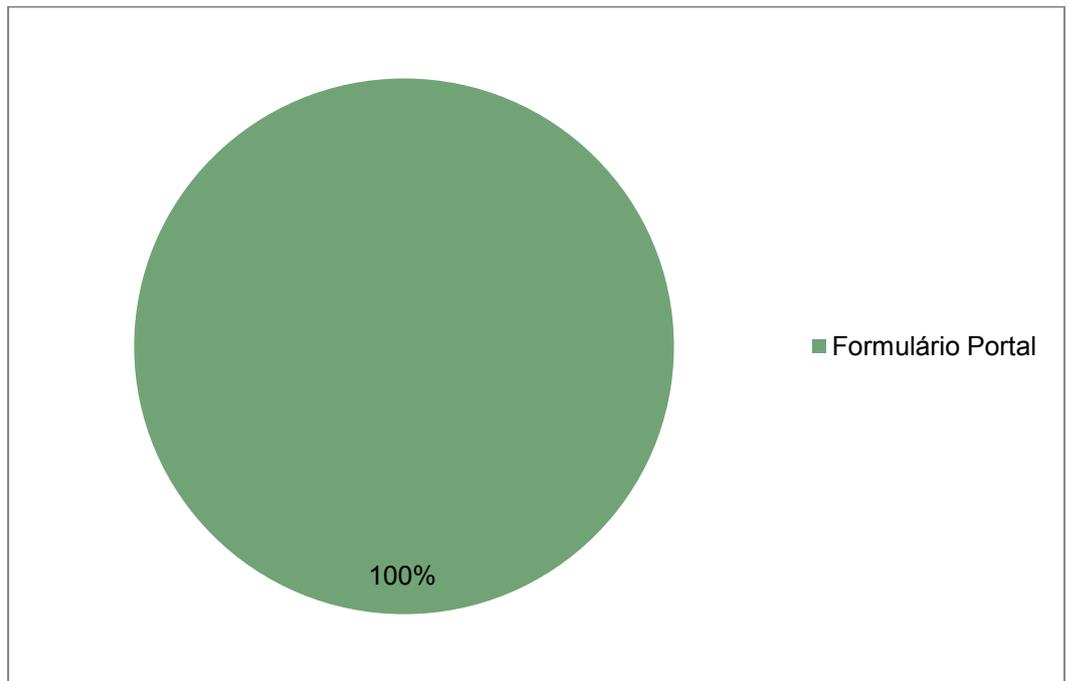


Gráfico 3 – Canais de Atendimento da LAI

As manifestações LAI contemplam uma ampla diversidade de assuntos. Os destaques para fevereiro são os assuntos relacionados à Legislação e aos setores da CMSP, cada correspondendo a 29%.

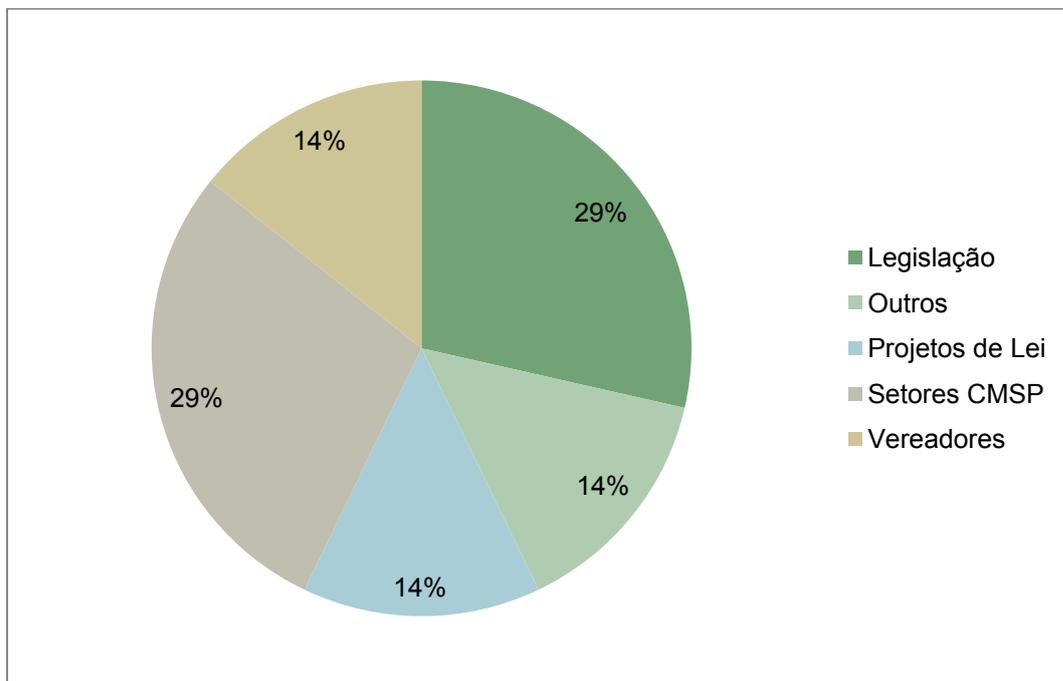


Gráfico 4 - Assuntos das Manifestações

Manifestações do Mês

Em FEVEREIRO registrou-se as seguintes manifestações em conformidade com a LAI:

- Solicitação de informações sobre os aplicativos utilizados pela CMSP;
- Solicitação de informações sobre a empresa terceirizada que presta os serviços de limpeza para a CMSP;
- Solicitação de informação sobre o prazo para os vereadores apresentarem as prestações de contas mensais;
- Solicitação de acesso ao PL que obriga a publicação da agenda do prefeito;
- Solicitação de informações sobre o Serviço Médico da CMSP;
- Solicitação de informações sobre Legislação que trate da fixação de tanques de lavar roupa em residências;
- Solicitação de informações sobre cotas em concursos da CMSP.

Manifestações Pendentes

A LAI estabelece 20 dias como prazo, tendo ainda mais 10 prorrogáveis, para o atendimento das solicitações dos cidadãos, prazo que a Ouvidoria em parceria com os demais setores da Casa, busca cumprir rigorosamente. As **4 (QUATRO)** demandas pendentes de **FEVEREIRO**, assim como, as remanescentes dos meses anteriores, estão em análise dos setores competentes.

Protocolo	Assunto	Data	Data de Encaminhamento	Período em Aberto
18053	Salários	08/02/17	08/02/17 15/03/17 REENVIO 12/04/17 REENVIO 28/04/17 REENVIO 15/05/17 REENVIO 29/05/17 REENVIO 29/06/17 REENVIO 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	380 dias
21365	Vereadores	07/06/17	07/06/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	261 dias
22103	Estagiários	05/07/17	10/07/17 31/08 RECURSO 28/11/17 REENVIO	178 dias
22575	Salários	20/07/17	20/07/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	218 dias
23621	Informação	30/08/17	31/08/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	178 dias
23623	Informação	30/08/17	31/08/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	178 dias
23624	Informação	30/08/17	31/08/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	178 dias

23627	Informação	30/08/17	01/09/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	177 dias
23628	Informação	30/08/17	01/09/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	177 dias
23629	Informação	30/08/17	01/09/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	177 dias
23631	Informação	30/08/17	01/09/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	177 dias
23632	Informação	30/08/17	01/09/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	177 dias
23633	Informação	30/08/17	01/09/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	177 dias
23634	Informação	30/08/17	01/09/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	177 dias
23635	Informação	30/08/17	01/09/17 22/09/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	177 dias
23889	Legislação	11/09/17	11/09/17 06/11/17 REENVIO 28/11/17 REENVIO	167 dias
24420	Arquitetura	28/09/17	28/09/17 28/11/17 REENVIO	150 dias
25320	Informação	07/11/17	09/11/17 28/11/17 REENVIO	109 dias
25423	Aposentadoria	10/11/17	13/11/17	105 dias
25523	Gravação	14/11/17	21/11/17	97 dias
25556	Salários	16/11/17	21/11/17	97 dias
25632	Prestação de Contas	21/11/17	22/11/17	96 dias
25775	Salários	24/11/17	27/11/17	91 dias
26680	Legislação	16/01/18	19/01/18	39 dias
26762	Projeto de Lei	18/01/18	24/01/18	34 dias
26947	CPI	29/01/18	02/02/18	26 dias
26953	Vereadores	29/01/18	02/02/18	26 dias
27003	Serviços	30/01/18	05/02/18	23 dias

27165	Vereadores	06/02/18	06/02/18	22 dias
27189	Legislação	07/02/18	20/02/18	8 dias
27330	Legislação	16/02/18	16/02/18	12 dias
27333	Concurso	16/02/18	16/02/18	12 dias

Tabela 1 – Protocolos Pendentes até 28 de Fevereiro de 2018

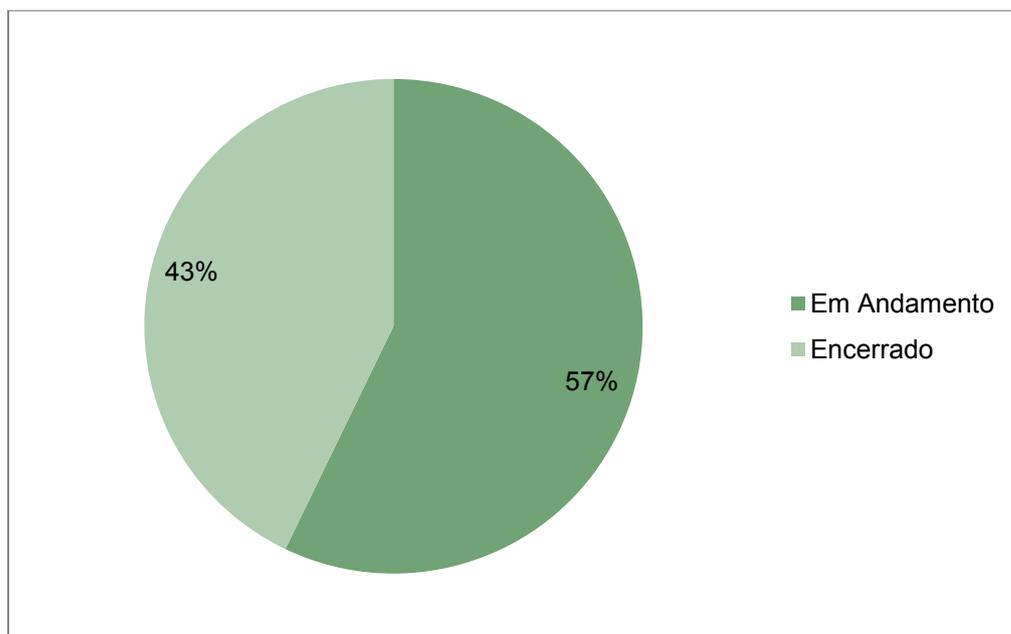


Gráfico 5 – Situação dos Protocolos de Fevereiro

Flávia Benedictini Sanches
Ouvidora do Parlamento
São Paulo, 01 de março de 2018

Lei de Acesso a Informação (LAI)

Sancionada em novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI) obriga Municípios, Estados e União a tornarem público seus dados, admitindo o sigilo apenas como exceção. Com isso, ficou estabelecido que os órgãos públicos dos três poderes e das diferentes esferas governamentais, assim como órgãos da administração indireta e organizações que recebam verbas públicas, têm a obrigação de divulgar integralmente as informações de interesse público pela internet, cumprindo o princípio da transparência ativa.

Ao mesmo tempo em que prevê que os gestores publiquem seus dados de forma a facilitar o acesso a tais informações por parte da Sociedade Civil, a LAI criou mecanismos de transparência passiva, facultando a todo cidadão a solicitação de dados adicionais. Nesses casos, o prazo máximo estipulado pela LAI para que o cidadão obtenha a resposta desejada – ou para que o mesmo seja instruído a respeito da forma como poderá obtê-la – é de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias. A Lei garante ainda ao cidadão recursos em 1ª e 2ª instância.

A Câmara Municipal de São Paulo é pioneira entre as Casas Legislativas do País na implementação de uma política de transparência. O Portal da Transparência do Legislativo paulistano oferece amplo acesso a documentos sobre contratos, despesas e atividades parlamentares, assim como a possibilidade de os cidadãos requisitarem informações adicionais que não estejam sob sigilo.

Dessa forma, o interessado pode solicitar ao Parlamento toda informação que esteja sujeita a publicidade como: informações produzidas ou acumuladas por órgãos e entidades públicas; informações produzidas ou mantidas por pessoas físicas ou privadas que possuam vínculos com órgãos e entidades públicas; informações sobre atividades de órgãos e entidades, inclusive suas políticas

organizacionais e serviços; informações pertinentes ao patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitações e contratos administrativos; informações sobre políticas públicas, inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas.

O Ato Legislativo nº 1.156/11 da mesa da CMSP dispõe sobre os padrões técnicos do formato aberto em que os dados devem ser entregues, segundo as definições adotadas pela Open Knowledge Foundation e pelo Consórcio W3C (World Wide Web Consortium, fundado por Tim Bernes Lee em 1994, que desenvolve recomendações para a produção de informação via web), instituições que são referências internacionais em dados abertos.

Transparência Pública

Falar de dados abertos tem se tornado cada vez mais comum no que tange à promoção da transparência pública, seja ela passiva ou ativa, pois para que haja a efetivação do controle social é preciso que se divulguem as formas pelas quais a sociedade pode exercer tal controle. Ter acesso à informação é, assim, uma das condições básicas para se exercer o controle social. Segundo a Constituição Federal, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Sendo assim, o Programa de Dados Abertos, instituído pelo Ato Legislativo nº 1.156/2011 da CMSP vem ao encontro da implementação da LAI ao determinar que os dados apareçam de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, além de estipular formatos abertos e que facilitem a análise. Os metadados (úteis para identificar, localizar, compreender e gerenciar os dados) também devem estar disponíveis, assumindo, assim, a CMSP a responsabilidade de garantir o princípio da publicidade das informações de interesse público, entregando aos cidadãos dados em formatos abertos.

Ouvidoria do Parlamento e a LAI

A Câmara Municipal de São Paulo instituiu, por meio da Lei nº 15.507/11, a Ouvidoria do Parlamento, com a missão de ser o canal de comunicação permanente e universal entre o cidadão e a Casa. Colocada a serviço do interesse público, a Ouvidoria colabora para a transparência das ações e para a formação de uma cultura que respeite os Direitos Humanos, promova a Cidadania e a Democracia.

Por meio da Ouvidoria as pessoas podem se manifestar, ajudando a manter o que está dando certo e sugestionando o que pode ser melhorado e aprimorado. Dessa forma, a Ouvidoria foi escolhida pela Casa para gerenciar o SIC-Serviço de Informação ao Cidadão, garantindo a qualquer interessado o acesso às informações, conforme o Artigo 5º do Ato da Mesa Diretora nº 1.231/13 da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo.

Consequentemente, em conformidade com o § 1º e § 2º do Artigo 30 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, fica à disposição da sociedade a consulta pública dos dados na sede do Legislativo paulistano por meio da Ouvidoria do Parlamento.

Modalidades de Atendimento

A modalidade **Atendimento ao Cidadão** pode ser caracterizada como de “acolhida” aos cidadãos. Estando a Ouvidoria do Parlamento dentro de uma casa pública ela recebe, por vezes, pessoas com demandas divergentes das que integram seu núcleo original de competências. Mantemos, porém, a convicção de que devemos fornecer o máximo possível de informação também nesses casos. Ou seja, realiza-se também pela Ouvidoria do Parlamento o atendimento primário de pessoas que procuram outras casas de interesse público como a Prefeitura e suas Secretarias. Muitos estão à procura de atendimento da assistência social, atendimento psicológico, ou informações de procedimentos diversos como, por exemplo, atendimentos jurídicos, cabendo-nos fornecer a essas pessoas as informações para que se dirijam aos locais mais apropriados para o atendimento demandado. Contamos também com a sala da 3ª Idade, provendo um atendimento humanizado para as pessoas que muitas vezes procuram a Casa com demandas delicadas, que necessitam de atenção diferenciada.

O **Atendimento da Ouvidoria** é a modalidade de atendimento que caracterizamos como própria dos serviços típicos de uma Ouvidoria: receber e dar curso às denúncias, críticas, elogios e solicitações relativos às atividades da Câmara Municipal de São Paulo, assim como das pessoas que nela trabalham, bem como fornecer aos cidadãos as informações da Casa como localização de gabinetes, vereadores, lideranças, horários de reuniões e Comissões e demais eventos. Por meio do quadro abaixo é possível visualizar as modalidades de diferentes tipos que a Ouvidoria desta Casa provê:

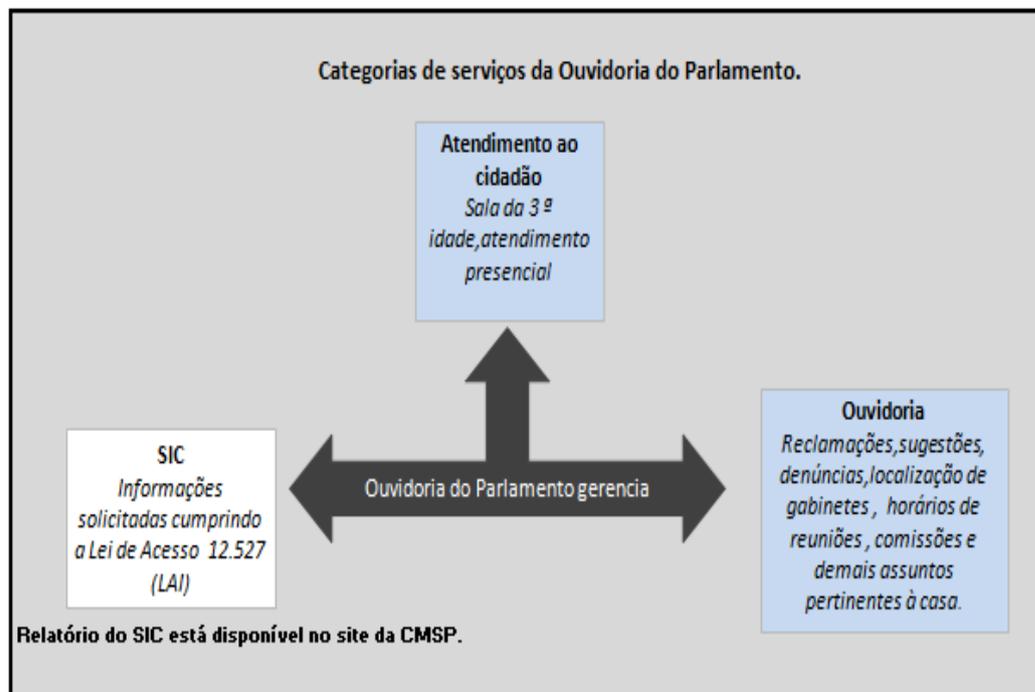


Imagem 1 – Serviços da Ouvidoria

Canais de Atendimento da Ouvidoria

A Ouvidoria do Parlamento possui diferentes canais para o atendimento das demandas dos munícipes: presencial, eletrônico (e-mails, formulários disponíveis no site e rede social), telefônico e correspondência (carta).

O atendimento **PRESENCIAL** é realizado no Palácio Anchieta, sede da Câmara Municipal de São Paulo, no Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01319-900 - 1º Subsolo, sala 29. Horário de Funcionamento: de segunda a sexta, das 9 às 18 horas.

E-MAIL: ouvidoria@camara.sp.gov.br.

FACEBOOK:

<https://www.facebook.com/camaraSaoPaulo/app/206429986046631/>.

FORMULÁRIO DO PORTAL da CMSP: <http://www.camara.sp.gov.br/fale-conosco/ouvidoria/>.

TELEFONE: 0800-322-62-72 (ligação gratuita). Horário de Funcionamento: segunda a sexta, das 8 às 19 horas.

CORRESPONDÊNCIA: carta endereçada à Câmara Municipal de São Paulo, A/C Ouvidoria do Parlamento: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01319-900.

WHATSAPP: (11) 94153-3277

